

# HABERMAS, A SEGUNDA MODERNIDADE E A SOCIEDADE CIVIL INTERNACIONAL<sup>1</sup>

Klaus-Gerd Giesen

*Tradução do francês: Sebastião Nascimento*

## RESUMO

O autor analisa nas obras mais recentes de Jürgen Habermas a sua proposição para as bases de um projeto político apropriado ao contexto contemporâneo mundial, marcado pelos processos pós-nacionais. A ênfase da análise recai sobre as modalidades concretas que podem transformar o quadro teórico habermasiano em disposições políticas e jurídicas e sobre o papel aí atribuído à sociedade civil internacional. Busca-se por fim identificar e discutir os pressupostos ideológicos que orientam tal proposição.

*Palavras-chave: Jürgen Habermas; globalização; Estado-nação; modernidade.*

## SUMMARY

The author analyzes on the most recent work of Jürgen Habermas his proposition for the bases of a political project suitable for the contemporary world context, marked by post-national processes. The emphasis of the analysis is on the concrete modalities that are able to transform the Habermasian theoretical framework into political and juridical dispositions, including the role of the International civil society. It is an enquiry that tries to identify and discuss the ideological presuppositions that guide such a proposition.

*Keywords: Jürgen Habermas; globalization; nation-state; modernity.*

Desde o fim da Guerra Fria multiplicam-se as tentativas de reconceber o sistema internacional, a fim de preencher o vazio teórico criado com o desaparecimento do confronto ideológico Leste-Oeste. Entre os conceitos que surgem com força encontramos o de sociedade civil internacional. É plausível supor que sua emergência espetacular seja devida, como afirma o filósofo alemão Julian Nida-Rümelin, ao prestígio por assim dizer póstumo que os movimentos sociais da Europa oriental de outrora acumularam em sua luta contra os aparelhos de Estado<sup>2</sup>. Seja como for, desde os primeiros trabalhos nessa linha, publicados principalmente por Reinhart Kössler e Michael Walzer<sup>3</sup>, a sociedade civil internacional tornou-se sinônimo de democratização das relações internacionais e passou a ser frequentemente associada a dois outros conceitos muito em voga: os de "governança global" (*global governance*) e de "democracia cosmopolita"<sup>4</sup>.

Eminentes filósofos participam da promoção de tais concepções, e entre eles Jürgen Habermas, talvez o mais influente filósofo europeu da

(1) Trata-se de versão modificada do artigo "La constellation postnationale: Habermas et la seconde modernité" (*Les Temps Modernes*, n° 610, 2000).

(2) Nida-Rümelin, Julian. "Zur Philosophie einer globalen Zivilgesellschaft". In: Chwaszcza, Christine e Kersting, Wolfgang (orgs.). *Politische Philosophie der internationalen Beziehungen*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1998, esp. pp. 223-224.

(3) Rossler, Reinhart. *Chancen internationaler Zivilgesellschaft*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1993; Walzer, Michael (ed.). *Toward a global civil society*. Providence: Berghahn, 1995.

(4) Ver especialmente as referências da nota 34.

atualidade. O traço característico de seu pensamento é a percepção de uma configuração histórica radicalmente nova, que ele chama de "constelação pós-nacional" e que justificaria a elaboração de um *projeto político inédito*, como uma transição para um novo direito cosmopolita. Nas linhas que seguem não reconstruiremos sua filosofia cosmopolita propriamente dita, que, a partir de uma crítica de Kant, elabora os fundamentos da nova ética. Trata-se antes de examinar as modalidades concretas passíveis de transformar esse quadro filosófico em disposições políticas e jurídicas e o papel que aí é atribuído à sociedade civil internacional. Em outros termos, tentaremos em primeiro lugar dissecar a visão habermasiana de uma política pós-Guerra Fria mais bem adaptada aos desafios do novo século, para em seguida lançarmos luz sobre a ideologia que ela dissimula.

### Um "direito cosmopolita"

O processo de transição para o novo direito cosmopolita, de acordo com a concepção de Habermas, tem por função primeira limitar a soberania nacional e o direito dos "povos" a dispor de si mesmos. Segundo ele, a "comunidade de povos", organizada sob a forma de federação, deve mudar de fundamentos jurídicos, pois a inadequação dos fundamentos atuais com relação à situação política mundial vê-se refletida na própria falência do sistema das Nações Unidas<sup>5</sup>. Já debilitada pelos golpes da globalização econômica, a soberania se desconecta também do princípio da autonomia nacional ilimitada no plano do direito, tal como é enunciado na Carta das Nações Unidas: a soberania não pode se constituir livremente, dentro do Estado, senão pelo respeito aos direitos humanos; a soberania externa tem de ser relativizada em caso de violação dos direitos fundamentais. Em outras palavras, diz-nos Habermas em *Die postnationale Konstellation*, a autonomia do Estado, no direito cosmopolita, dependerá da autonomia concedida pelo Estado ao indivíduo<sup>6</sup>. Qualquer violação desta poderá ou mesmo deverá implicar o recurso a "medidas policiais" da "federação de povos", seja na forma de intervenção humanitária ou de sanções. Detentora de um verdadeiro monopólio da violência legítima em âmbito mundial e dispondo de poderes supra-estatais, a federação disporá também, à diferença do direito internacional público atual, do monopólio da intervenção militar<sup>7</sup>.

Isso implica, antes de tudo, uma reforma urgente do sistema institucional das Nações Unidas. Além de estender as competências da Corte Internacional de Justiça de Haia, trata-se de reforçar e corrigir os processos de decisão a fim de alcançar mais facilmente um consenso que hoje é bloqueado com demasiada frequência pelo exercício do direito de veto no Conselho de Segurança<sup>8</sup>. Com respeito a isso, nosso autor deseja que o Conselho, enquanto Poder Executivo mundial, "reflita as relações efetivas de poder existentes no mundo"<sup>9</sup>. É por isso que ele propõe a introdução de procedimentos de voto por maioria, assim como a admissão da Alemanha, do Japão

(5) Habermas, Jürgen. *Die neue Unübersichtlichkeit*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1985, pp. 116-117.

(6) Habermas, Jürgen. *Die postnationale Konstellation*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1998, pp. 175-177.

(7) Habermas, Jürgen. "Kants Idee des ewigen Friedens — aus dem historischen Abstand von 200 Jahren". *Kritische Justiz*, vol. 28, 1995, p. 305.

(8) Habermas, Jürgen. *Faktizität und Geltung*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1992, p. 672.

(9) Habermas, "Kants Idee des Ewigen Friedens...", loc. cit., pp. 308-309.

(10) Ibidem, p. 309.

(11) Ibidem, p. 308.

e de organizações regionais como a União Européia como novos membros permanentes<sup>10</sup>. Paralelamente, preconiza a criação de um "parlamento mundial" como Poder Legislativo, cujos deputados seriam eleitos diretamente por seus respectivos povos. Entretanto, "os países que recusassem eleger seus deputados conforme procedimentos democráticos [...] poderiam ser representados por ONGs que o próprio parlamento mundial nomearia para representar as populações oprimidas"<sup>11</sup>.

Um cenário como esse é de deixar perplexo. Em vez de esboçar uma nova ordem institucional mundial mais justa com relação aos povos e Estados da periferia, Habermas parte exatamente na direção oposta: o futuro "Executivo" seria ainda mais dominado pelos países do Norte, enquanto os do Sul, representando 80% da população mundial, não disporiam sequer de assento ou voz nesse futuro Legislativo caso seus procedimentos de delegação não correspondessem às exigências formais dos países de regime liberal. Aliás, não só perderiam seu assento, mas tão logo o perdessem este seria prontamente ocupado por uma ONG, quer dizer, por uma organização privada que teria de ser, em razão de suas necessidades financeiras, proveniente (ou largamente influenciada a partir) do Ocidente. As organizações intergovernamentais verdadeiramente poderosas, como o FMI, o Banco Mundial ou a OMC, cuja injustiça consta dos próprios estatutos e que prioritariamente deveriam ser objeto de uma reforma profunda, sequer aparecem no projeto político de Habermas. Isso é ainda mais surpreendente por conta de sua alusão à globalização econômica como uma importante motivação do seu anseio de reforma. Desta forma, o seu paternalismo de homem ocidental ultrapassa mesmo o do seu colega americano John Rawls<sup>12</sup>.

(12) Cf. Giesen, Klaus-Gerd. "Charité paternaliste et guerre juste: la justice internationale selon John Rawls". *Les Temps Modernes*, nº 604, 1999. Habermas mostra-se contente com só indicar de maneira vaga, aqui e acolá, a necessidade de estabelecer uma ordem mundial mais justa, sem desenvolver a idéia. Ver, por exemplo, Habermas, Jürgen. *Vergangenheit als Zukunft*. Munique: Piper, 1993, p. 33.

(13) Habermas, *Faktizität und Geltung*, loc. cit., pp. 659-660,

(14) Habermas, *Die postnationale Konstellation*, loc. cit., pp. 162-163.

(15) Ibidem, p. 127.

Quanto à reforma institucional proposta, Habermas vê na sociedade civil transnacional o sujeito histórico da mudança. O fecho do circuito de um tal quadro reside na noção de cidadania. No apêndice à segunda edição de *Faktizität und Geltung*, Habermas havia esboçado a idéia de uma *dupla pertença* do indivíduo<sup>13</sup>. Ele aprofundou mais tarde a questão e declarou que cada indivíduo será simultaneamente cidadão de um Estado-nação e cidadão do mundo, quer dizer, participante da formação do consenso político tanto nacional quanto mundial<sup>14</sup>. Fruto da indispensável adaptação do mundo da vida (*Lebenswelt*) ao horizonte planetário — a alternativa sendo efetivamente uma deturpação malsã, geradora de alienação e anomalia<sup>15</sup> —, a dupla cidadania prescinde na sua componente internacional da mediação do Estado:

*A chave do direito cosmopolita reside no fato de que ele diz respeito, para além dos sujeitos coletivos do direito internacional, ao estatuto dos sujeitos de direito individuais, fundando para eles uma pertença direta à associação de cosmopolitas livres e iguais*<sup>16</sup>.

(16) Habermas, "Kants Idee des Ewigen Friedens...", loc. cit., p. 304.

Portanto, se a mediação não se opera exclusivamente pelo Estado, há que se organizar de modo diferente os processos de formação da vontade política em âmbito mundial. Ao lado dos atores estatais, que continuarão a participar como agentes de uma vontade coletiva, os indivíduos serão igualmente admitidos. Com o fim de reduzir a um número limitado a diversidade de posições, Habermas recorre à analogia dos processos de decisão internos: entre os cidadãos e o "sistema" (Estado e mercado) interpõe-se a sociedade civil (sindicatos, Igrejas, associações etc.), no seio da qual se desenvolve a *agenda-setting* da luta em favor da proteção do mundo da vida em face do "sistema", uma luta que acontece no espaço público<sup>17</sup>. Como essa luta se abre — ou está obrigada a se abrir — ao horizonte planetário, a mesma dinâmica tem de ser sancionada em âmbito internacional, pois a sociedade civil (internacional) é composta por ONGs que tentam exprimir uma vontade política exterior à esfera estatal. A sociedade civil internacional encarna toda a esperança que Habermas deposita na transição para o direito cosmopolita. Sob a batuta das mais influentes entre elas, como o WWF, o Greenpeace ou a Anistia Internacional, as ONGs são capazes de contribuir, em colaboração com as organizações interestatais, para a criação de uma "governança mundial" e para o funcionamento de "regimes internacionais e transnacionais"<sup>18</sup>.

Nesse ponto, nosso filósofo deixa-se emaranhar nos meandros da teoria política dos regimes internacionais, a ponto de fazer o elogio do *soft power* ou *soft law* nas relações internacionais — conceitos que ele toma de autores como Stephen Krasner ou Oran Young. Habermas escreve: "Com toda a certeza, a política de poder tradicional se acha não somente enquadrada pelo aparelho normativo da ONU, mas reprimida de maneira ainda mais eficaz pelo recurso ao *soft power*"<sup>19</sup>. Nesse contexto, ele cita favoravelmente e repetidas vezes os trabalhos de Michael Zürn<sup>20</sup>, um dos autores de maior evidência na teoria dos regimes e da governança na Alemanha, que define desta forma a ligação conceitual entre regimes e governança:

*Um regime internacional se assenta sobre uma quantidade determinada de princípios, normas e regras, assim como sobre os processos de decisão e os programas que foram estabelecidos entre Estados (governance with government) e que regulam de modo permanente o comportamento dos atores envolvidos [...]. Quando as normas e regras são estabelecidas e aplicadas por atores não-estatais, sem participação dos governos (governance without government), trata-se de regimes transnacionais*<sup>21</sup>.

Em seguida Zürn estipula que os diferentes regimes "conectam-se entre si para formar uma combinação: *governance by, with and without government*"<sup>22</sup>. Assim, conforme Bertrand Badie,

(17) Para uma análise mais detalhada do conceito habermasiano de sociedade civil, ver Giesen, Klaus-Gerd. "L'analogie anthropomorphiste, l'éthique de la 'démarchandisation' et le concept de société civile". In: Giesen, Klaus-Gerd (org.). *L'éthique de l'espace politique mondial. Métissages disciplinaires*. Bruxelas: Hruylant, 1997, esp. pp. 86-92.

(18) Habermas, *Die postnationale Konstellation*, loc. cit., pp. 87 e 167.

(19) Ibidem, p. 109.

(20) Por exemplo, ibidem, pp. 105 e 108.

(21) Zürn, Michael. *Regieren jenseits des Nationalstaates*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1998, p. 172.

(22) Ibidem, p. 334.

*tratar-se-ia de uma nova parceria que, abalando os direitos estabelecidos e resvalando para uma global governance ou uma soft-governance, sancionaria a incapacidade crescente do Estado para dar conta dos novos desafios internacionais*<sup>23</sup>.

Ou, como ressaltou Pierre de Senarclens,

*a governança veicula a idéia de que os governos não possuem o monopólio do poder legítimo, existindo outras instâncias que contribuem para a manutenção da ordem e participam da regulação econômica e social. [...] Assim, as funções de direção e arbitragem políticas estão doravante asseguradas por um amplo elenco de organizações governamentais e não-governamentais, e também por empresas transnacionais, que contribuem para certas formas de regulação. [...] A governança sem governo*<sup>24</sup> *manifesta essa evolução: é certo que o papel dos Estados não se torna obsoleto, mas outras estruturas organizacionais impõem-se a seu lado. [...] Uma boa parte da literatura sobre governança manifestou uma preocupação de extração liberal com a gestão dos assuntos públicos. [...] Os partidários dessa abordagem prescritiva tendem a misturar numa massa indistinta todos os atores da cena internacional, sem hierarquizar seus papéis e sua influência política sobre os sistemas de regulação*<sup>25</sup>.

Anne-Marie Slaughter ironizou o resultado desse processo: ele traria como consequência "uma ordem mundial em que as redes de governança unirão a Microsoft, a Igreja Católica e a Anistia Internacional à União Europeia, às Nações Unidas e à Catalunha"<sup>26</sup>. Não se deve esquecer que as estruturas privadas que ela cita como exemplo (ONGs, Igrejas, empresas multinacionais) herdaram, por conta do desmantelamento do Estado, algumas de suas funções (redistributivas, caritativas etc.) sem contudo serem submetidas ao sufrágio universal. Trata-se portanto de uma concepção profundamente antidemocrática, que se torna ainda mais surpreendente na boca de Habermas, que elaborou em *Faktizität und Geltung* uma teoria segundo a qual a influência exercida pela sociedade civil (nacional) no seio do espaço público (nacional), destinada a proteger o mundo da vida em face do sistema, pode aperfeiçoar o sistema do direito. Contudo, este continua a ser a instância que transforma as reivindicações morais dos atores sociais em disposições legais. Nos seus escritos "pós-nacionais", a partir de 1992, nosso autor simplifica consideravelmente esse quadro conceitual: a sociedade civil (transnacional) passa a ser ela mesma a fonte do direito (cosmopolita). Na realidade, isso representa uma dupla modificação do esquema inicial: de um lado, porque nenhuma mediação é realizada pelo espaço público propriamente dito, e, de outro, porque os atores da sociedade civil transnacional estão mais desconec-

(23) Badie, Bertrand. "De la souveraineté à la capacité de l'Etat". In: Smouts, Marie-Claude (org.). *Les nouvelles relations internationales. Pratiques et théories*. Paris: Presses de Sciences Po., 1998, p. 51 (grifo nosso).

(24) Alusão à obra dos precursores James Rosenau e Ernst-Otto Czempiel: *Governance without government: order and change in world politics*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1992.

(25) Senarclens, Pierre de. *Mondialisation, souveraineté et théories des relations internationales*. Paris: Armand Colin, 1998, pp. 199-201 (grifos nossos).

(26) Slaughter, Anne-Marie. "The real new world order". *Foreign Affairs*, vol. 76, n° 5, 1997, p. 184, apud ibidem, p. 201.

tados do mundo da vida do que aqueles que são ativos no âmbito estatal, o que revela um certo elitismo representativo. Segue-se disso que a extrapolação habermasiana do conceito de sociedade civil no contexto internacional reduz sua aplicação àqueles atores privilegiados que agem em âmbito mundial, aumentando ainda mais a penetração normativa desses atores pelo fato de que se tornam eles mesmos a fonte do direito cosmopolita.

A transição política para o direito cosmopolita deve portanto dar forma a esta nebulosa preliminar que é o *soft power* da governança mundial. As normas de comportamento aplicáveis em escala mundial para substituir gradualmente as normas do direito internacional público clássico, que seriam o resultado de um estado confuso e indeterminado da governança, impor-se-iam a todos os atores, ou ao menos àqueles que não soubessem opor resistência a elas — não devemos esquecer que a soberania representa também uma proteção dos Estados fracos contra os Estados fortes. Em caso de necessidade seria empregada força militar, sob o amparo, em última instância, de uma ONU reformada; com um caráter mais imediato, em caso de violação dos direitos do homem, a "polícia mundial" interviria também por simples aclamação dos atores da "nebulosa". É desta maneira que Habermas chega a justificar a violação do direito internacional em que consistiu o bombardeio da Iugoslávia pelos países-membros da Otan sem a aprovação da ONU. No jornal alemão *Die Zeit*, em fins de abril de 1999, ele celebrou "esta antecipação de um direito cosmopolita futuro", que justificaria "um paternalismo passageiro"<sup>27</sup>.

Nesse ponto, Habermas desempenha — com relação ao que alguns chamaram "uma guerra terapêutica para os alemães" (pois é a primeira desde 1945!)<sup>28</sup> — o papel de coveiro do direito internacional público, atualmente o único sistema de normas legítimas a impedir que reine a arbitrariedade mais completa: "Encontramo-nos num dilema, forçados a agir como se já existisse um direito cosmopolita [...], enquanto é precisamente isso que temos de promover"<sup>29</sup>. Negar abertamente o direito internacional vigente, sem que um novo sistema de direito, sem dúvida desejável, tenha sido instituído, é um exercício perigoso: a passagem de um ao outro ameaça dissolver a diferença entre moral e direito, autorizando desvios. Mas Habermas realmente concebeu tudo isso — ele que a partir da publicação de *Faktizität und Geltung* veio a ser considerado um dos principais teóricos do direito? O direito de intervenção é também o direito do mais forte sobre o mais fraco, um direito de escolher onde intervir. Quem ousaria intervir militarmente nos Estados Unidos ou na China? E quem interveio após os vinte anos que já dura a guerra civil no Sudão?

Além da reforma das instituições, da justificação da nebulosa de governança e de um intervencionismo contrário ao direito internacional existente, Habermas contribui com uma quarta pedra para a construção da ante-sala do direito cosmopolita. Ainda que não esteja nem um pouco preocupado com uma reforma das instituições econômicas internacionais, e portanto com uma reestruturação da ordem distributiva mundial, ele contempla uma solução de contraponto aos efeitos nefastos da globalização nos seguintes termos:

(27) Habermas, Jürgen. "Bestialität und Humanität". *Die Zeit*, 29/04/1999, p. 7.

(28) Fach, Wolfgang. "Schock-Schwere-Not. Bausteine einer virtuellen Sozialdemokratie". *Blätter für Deutsche und Internationale Politik*, nº 10, 1999, p. 1.210.

(29) Habermas, "Bestialität und Humanität", loc. cit. Aliás, foi também em *Die Zeit* que Habermas tomou posição, em 1990, a favor do ataque militar contra o Iraque. Sua justificação da guerra da Otan contra a Iugoslávia é uma virada muito mais espetacular porquanto escrevia ele, pouco antes da queda do Muro, que "a comunidade de valores atlântica, que se cristaliza em torno da Otan, não é outra coisa que uma fórmula de propaganda para ministros da Defesa" (Habermas, Jürgen. *Der philosophische Diskurs der Moderne*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1988, p. 424). Antje Vollmer comentou severamente essa virada habermasiana após o fim da Guerra Fria: "Habermas [...] absolveu filosoficamente seus alunos políticos [certos políticos da coligação social-democrata-verde no poder] pela guerra de intervenção humanitária. Pode ser que essa filosofia conselheira do príncipe tenha relação com a morte da teoria crítica" ("Ritter der Übermoral". *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 27/09/1999).

*A globalização das trocas e da comunicação, da produção econômica e das finanças, da transferência de tecnologias e do armamento, e sobretudo dos riscos ecológicos e militares, põe-nos perante problemas que não podem ser resolvidos nem no quadro do Estado-nação nem pelo habitual recurso aos acordos entre Estados soberanos. [...] a soberania nacional continuará a perder sua substância e tornará indispensável a extensão de competências políticas no âmbito supranacional, cuja atração podemos desde já contemplar. Na Europa, na América do Norte e na Ásia formam-se organizações supra-estatais que, enquanto "regimes" continentais, poderiam fornecer a infra-estrutura de base para um sistema das Nações Unidas que hoje se apresenta muito ineficiente*<sup>30</sup>.

(30) Habermas, Jürgen. *Die Einbeziehung des Anderen*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1996, pp. 129-130.

Portanto, o projeto político habermasiano inclui a idéia de que a globalização pode ser dirigida por meio da delegação das prerrogativas do Estado às organizações supranacionais regionais. Assim, diz ele, a regulação política, já impotente, pode se regenerar assumindo uma dimensão espacial que corresponda ao novo tamanho do mercado. A propósito disso, Habermas fala da "desforra da política frente às forças da economia globalizada"<sup>31</sup>. Ele parece crer sinceramente que a instauração de um sistema multilateral de espaços regionais de regulação social — União Européia, Nafta, Asean — pode chegar a controlar a atuação dos atores privados da globalização, principalmente porque um número restrito de atores facilitaria a cooperação internacional<sup>32</sup>. Mesmo reconhecendo que a concorrência entre os Estados, incitada pelas forças transnacionais do mercado mundial — um dos mecanismos fundamentais da globalização —, não seria de maneira alguma abolida, Habermas pensa que ela desse modo se suavizaria, quando na verdade ela será exacerbada pela mudança de escala dos arranjos econômicos e políticos. Transformar em modelo a institucionalização da Tríade (Estados Unidos, União Européia e Japão) significa, no fundo, uma abdicação do pensamento político perante as exigências do capital e o recuo para uma posição que se contenta em teorizar a adaptação dos sistemas políticos aos novos imperativos sistêmicos do mercado<sup>33</sup>. Em lugar de traçar os contornos, em escala global, de uma nova solidariedade interestatal em face das forças transnacionais do mercado, Habermas prega o cada-um-por-si dos blocos regionais, ignorando assim continentes inteiros como a África ou a América do Sul.

(31) Habermas, *Die postnationale Konstellation*, loc. cit., p. 85.

(32) Ibidem, p. 156.

(33) Habermas manifesta sua vontade de adaptar o sistema político aos imperativos da globalização e admite também o fato de esta estratégia receber a sua inspiração do Novo Trabalhismo ("Jenseits des Nationalstaats? Bemerkungen zu Folgeproblemen der wirtschaftlichen Globalisierung". In: Beck, Ulrich (org.). *Politik der Globalisierung*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1998, p. 72).

### Uma "modernização reflexiva"

Qual é a visão ideológica que se esconde por trás dessa construção política? De início, parece evidente que o filósofo se deixou enredar na trama de escritos contemporâneos sobre a democracia "cosmopolita" ou "pós-na-

cional", que ele aliás cita abundante e favoravelmente. De David Held a Daniele Archibugo, passando por Edgar Grande<sup>34</sup>, não se trata de outra coisa, segundo as palavras do próprio Habermas, senão do "esforço heróico"<sup>35</sup> que consiste em salvar no âmbito internacional a pouca capacidade de regulação política que tenha resistido. Eles elogiam a ordem "neomedieval" contemporânea, no seio da qual diversos níveis políticos e tipos de atores e poderes se entrecruzam sem hierarquia ou responsabilidade claramente definidas<sup>36</sup>; ou, em poucas palavras, uma ordem em que, em matéria de regulação, reinaria uma espécie de "magma indistinto", uma "sutileza artística" denominada, na falta de expressão melhor, "governança". Resta uma única certeza: os atores que na nova ordem decidem e possuem os meios para tanto são autorizados a intervir, militarmente se necessário, nos assuntos internos de um terceiro Estado<sup>37</sup>.

A "constelação pós-nacional" emerge porque, segundo ele, o mundo experimentou um novo "surto modernizador" (*Modernisierungsschub*)<sup>38</sup> que segue, como constatamos, as mudanças de escala do capitalismo triunfante. Em meio aos efeitos do fim da bipolaridade, a nova configuração socioeconômica requer, diz-nos ele, um novo pensamento; um pensamento que rompa com a modernidade anterior a esta segunda onda modernizadora sem por isso abandonar a idéia mesma de modernidade; um pensamento, em suma, que possa conceber essa "segunda modernização" em que fomos brutalmente lançados. Nisso ele se junta a Anthony Giddens e Ulrich Beck, os quais cita amiúde e com quem compartilha mais do que o seu diagnóstico sobre a globalização.

A tese desses autores deixa-se resumir da seguinte maneira: o advento da modernidade foi possibilitado pelo desligamento do indivíduo das tradições e das religiões e, conseqüentemente, pela abertura do seu horizonte. A incerteza daí resultante foi contrabalançada pela limitação do espaço às fronteiras do Estado-nação. A primeira modernidade foi na verdade uma racionalização das tradições<sup>39</sup>. A globalização atualmente em curso põe em questão esse modelo em que os limites espaciais da sociedade correspondem às fronteiras do Estado: "A globalização significa a dissolução palpável das fronteiras na vida cotidiana"<sup>40</sup>. Dessa segunda abertura, uma "racionalização da racionalização", resultaria uma segunda fase da modernidade, caracterizada por uma "modernização reflexiva" que conduziria à conclusão do próprio processo de modernização. Trata-se tão-somente de uma "radicalização da modernidade"<sup>41</sup>. A "segunda modernidade", fundando nos fatos uma sociedade mundial sem Estado mundial, seria o preço a pagar para impedir a volta dos nacionalismos ou a fuga para o vazio do pós-modernismo, fontes de todos os males<sup>42</sup>. Portanto, não resta outra saída senão a fuga para a frente: posicionar-se positivamente perante os saltos de escala do capitalismo, tentando conformar a globalização à governança.

Habermas subscreve aí inteiramente as teses de Giddens e de Beck, pelo que também Zürn lhe tem amplamente criticado<sup>43</sup>. Em artigo de 1998 ele toma em seu nome a argumentação exposta acima ao adotar a noção de "modernização reflexiva", referindo-se de maneira explícita a Beck e

(34) Held, David. *Democracy and the global order: from the modern state to cosmopolitan governance*. Cambridge: Polity Press, 1995; Archibugo, Daniele e Held, David (orgs.). *Cosmopolitan democracy: an agenda for a new world order*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1995; Grande, Edgar. "Post-nationale Demokratie — Ein Ausweg aus der Globalisierungsfalle?". *Comparativ*, vol. 7, n.º 2, 1997.

(35) Habermas, *Die Einbeziehung des Anderen*, loc. cit., p. 149.

(36) Held, op. cit., p. 137; Beck, Ulrich. *Was ist Globalisierung?* Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1998, p. 191.

(37) Ver especialmente Beck, Ulrich. "Über den postnationalen Krieg". *Blätter für Deutsche und Internationale Politik*, n.º 8, 1999, esp. pp. 984-987.

(38) Habermas, *Die postnationale Konstellation*, loc. cit., p. 126.

(39) Beck, Ulrich. *Die feindlose Demokratie*. Stuttgart: Reclam, 1995, p. 11; Giddens, Anthony. *Beyond left and right. The future of radical politics*. Cambridge: Polity Press, 1994, pp. 5-7.

(40) Beck, *Was ist Globalisierung?*, loc. cit., p. 44. Ver também Giddens, Anthony. *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990, p. 64.

(41) Giddens, *The consequences of modernity*, loc. cit., p. 52.

(42) Beck, *Was ist Globalisierung?*, loc. cit., p. 195; Giddens, *Beyond left and right*, loc. cit., p. 83.

(43) Zürn, op. cit., p. 336.



(44) Habermas, "Jenseits des Nationalstaates...", loc. cit., p. 79-84.

(45) Habermas, *Die postnationale Konstellation*, loc. cit., pp. 131-133. A adesão ao conceito de segunda modernidade acha-se na pág. 131. No entanto, esse conceito diferencia-se do conceito de pós-modernidade, que Habermas continua a rejeitar categoricamente. Assim, ele fala de uma "pós-modernidade morredoura que já foi novamente alcançada por uma modernidade que, demasiado cedo, se tinha presumido morta" (Habermas, Jürgen. "Post vom bösen Geist". *Die Zeit*, n° 38, 1999).

(46) Habermas, Jürgen, "Der europäische Nationalstaat unter dem Druck der Globalisierung". *Blätter für Deutsche und Internationale Politik*, n° 4, 1999, p. 141.

(47) Giddens, Anthony. *The Third Way. The renewal of social democracy*. Cambridge: Polity Press, 1998, cap. 5.

(48) Dixon, Keith. "Dans les soutes du blairisme". *Le Monde Diplomatique*, Jan. 2000, p. 3.

(49) Habermas, *Der philosophische Diskurs der Moderne*, loc. cit., p. 425.

(50) Texto incluído ao final de cada volume da coleção (grifo nosso).

Giddens<sup>44</sup>. Em *Die postnationale Konstellation* ele faz o mesmo, aderindo, desta vez abertamente, ao próprio conceito de "segunda modernidade"<sup>45</sup>. E mais: ele toma parte numa discussão sobre a "Terceira Via", o quadro ideológico do extremo-centrismo à Blair e Schroeder. Considerando que Anthony Giddens, conselheiro de Tony Blair, não proporia senão uma variante "defensiva" da adaptação necessária à globalização capitalista, uma variante que se limitaria à reestruturação *interna* das relações sociais, Habermas crê opor-lhe uma variante "ofensiva", dirigida no plano político às "entidades políticas mais amplas [que o Estado-nação] e aos regimes transnacionais"<sup>46</sup>. Ele se esquece de que Giddens havia incluído essa mesma proposição, sob a denominação já mencionada de "democracia cosmopolita", em *The Third Way*<sup>47</sup>.

As coincidências que assinalamos entre Habermas, de um lado, e Giddens, Beck e Zürn, de outro, lançam luz sobre o fato de que nosso filósofo toma em conta os fundamentos ideológicos da tese da "segunda modernidade" e os integra a seu projeto de passagem política ao direito cosmopolita. Assim, pode-se aplicar a Habermas a análise que Keith Dixon dedicou à ideologia da Terceira Via:

*A globalização apresenta-se ao mesmo tempo como uma autêntica força da natureza à qual somente cabe acomodar-se e como uma necessidade histórica que se impõe com todo o rigor determinista que os marxistas atribuíam à marcha na direção do socialismo*<sup>48</sup>.

Achamo-nos portanto diante de uma virada ideológica de nosso autor, pois o Habermas anterior à queda do Muro ainda fazia compreender claramente que a tese segundo a qual a competitividade internacional é indispensável para a simples sobrevivência não era mais que um lugar-comum a cristalizar as exigências sistêmicas<sup>49</sup>. Trata-se de um "novo" Habermas, politicamente mais próximo ao poder e decididamente menos reservado a respeito do celebrado "sistema", um Habermas da "segunda modernidade" e da "Terceira Via", que se encontra, ao menos em parte, em flagrante contradição com toda a teoria da (primeira) modernidade que ele havia elaborado até 1992. Sua virada (assim, pois, uma *Wendee* não uma *Kehre*) é múltipla, mas de ordem mais ideológica que filosófica, e adscrive-se ao espírito de fim-de-século que domina neste momento a produção intelectual.

Com efeito, o termo "segunda modernidade" provém do título da coleção que Ulrich Beck dirige na editora Suhrkamp e com a qual Habermas colabora. O "manifesto" da coleção diz precisamente assim:

*Uma ordem mundial ruíu. Que chance para partir em direção a uma segunda modernidade! "Segunda modernidade" — quais serão os desafios, contradições e oportunidades [...] num mundo em que a*

*globalização literalmente engole as economias nacionais, em que a produção, o trabalho e os impostos são redistribuídos para além dos limites de empresas, setores e nações? [...] Os volumes [da coleção] destinam-se a abordar a controvérsia sobre a questão de saber como a ortodoxia da primeira modernidade pode ser desfeita*<sup>50</sup>.

Até o momento foram publicadas nessa coleção principalmente as mencionadas obras de Giddens (inclusive *Beyond left and right*), Zürn, Beck e as de alguns outros autores do que convém chamar doravante uma corrente de pensamento<sup>51</sup>.

A transição política para o direito cosmopolita equivale à passagem para a segunda modernidade, que — após um "longo" século XIX (1789-1914) e um "breve" século XX (1914-89) da primeira modernidade — nos reserva uma "era pós-nacional" de governança mundial, na qual a sociedade civil internacional desempenha papel primordial. Se o "novo" Habermas encontrar aliados em número suficiente, talvez devamos nos resignar a viver uma época em que os intelectuais de todas as classes e de todas as cores abdicuem, uns após os outros, perante as exigências do mais forte: após a era da Razão — que foi também a era da crítica da desrazão —, eis-nos em plena era da abdicação.

(51) Ulrich Beck incluiu num site da Suhrkamp ([www.suhrkamp.de/ezm/ezml.htm](http://www.suhrkamp.de/ezm/ezml.htm)), atualmente inativo, uma parte importante da sua apresentação — intitulada "O que significa a segunda modernidade?" — de *Die postnationale Konstellation*, ainda que esta obra tenha sido publicada em uma outra coleção da Suhrkamp. Parece-nos pouco provável que isso se tenha feito sem o consentimento do próprio Habermas, que publica há muitos anos todas as suas obras importantes pela mesma editora e que, aliás, é o principal conselheiro da Suhrkamp para o programa "Teoria", do qual foi co-fundador.

Recebido para publicação em 2 de abril de 2001.

Klaus-Gerd Giesen é professor de Filosofia na Universidade de Leipzig.

---

Novos Estudos

CEBRAP

N.º 60, julho 2001

pp. 87-96

---